

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Economia

Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)

Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700

<http://www.uff.br/econ>

esc@vm.uff.br

A economia informal metropolitana: um estudo baseado na ECINF/IBGE

Hildete Pereira de Melo
Leonardo Siqueira Vasconcelos

TD 231
Março/2008

© Hildete Pereira de Melo é Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Doutora em Economia. Endereço eletrônico: hildete@economia.uff.br. Leonardo Siqueira Vasconcelos é Graduando de Ciências Econômicas em 2007 pela Economia/UFF e de Ciências Estatísticas em 2007 pela ENCE/IBGE. Endereço eletrônico: leonardo.vasconcelos@fgv.br.

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar a evolução do mercado informal metropolitano para os anos de 1997 e 2003, com o propósito de identificar as atividades econômicas desenvolvidas nessas unidades produtivas e dimensionar a geração de oportunidades de trabalho. Esta avaliação baseou-se na pesquisa amostral realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) intitulada Economia Informal Urbana (ECINF) que identificou as atividades econômicas que não eram captadas (ou apenas parcialmente) pelas fontes estatísticas disponíveis. Foram analisadas as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. As informações foram avaliadas de forma quantitativa e através de testes paramétricos e conclui-se que a economia informal urbana tem se expandido no Brasil, mas abaixo do desempenho do crescimento da economia e cada região metropolitana apresenta resultados diferenciados intimamente relacionados à sua estrutura econômica.

Abstract

This work purports to analyze the evolution of the metropolitan informal market between 1997 and 2003, aiming to identify the economic activities developed there and to quantify the generation of labor opportunities. This evaluation is based in the sampling research made by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) and divulged as Urban Informal Economy (ECINF), which identified economic activities unaccounted (or only partially so) by available statistical sources. The metropolitan regions of Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba and Porto Alegre were analyzed. The information was evaluated through parametric tests, and allows the conclusion that urban informal economy has expanded in Brazil, although below the economy's growth performance, and each metropolitan region has differentiated results intimately related to its economic structure.

JEL O18

Palavras-chave: informal, região metropolitana, ECINF.

Key Words: informal sector, metropolitan region, ECINF.

A economia informal metropolitana: um estudo baseado na ECINF/IBGE *

Hildete Pereira de Melo
Leonardo Siqueira Vasconcelos

1. Introdução

O debate sobre a questão da informalidade iniciou-se na literatura das ciências sociais na década de 1970, com o programa de pesquisa elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir de um estudo feito para a economia do Quênia e replicado na América Latina. Este conceito popularizou-se rapidamente ao longo das últimas décadas do século XX e tem sido objeto de muitos usos e debates no estudo do mercado de trabalho nacional e latino-americano. O aumento do desemprego e da pobreza no mundo realçou esta questão. Assim, a economia informal ganhou enorme destaque na mídia e na literatura sócio-econômica, porque pode representar fenômenos distintos que vão desde a pura e simples evasão fiscal até meras atividades de sobrevivência de populações marginalizadas no mercado de trabalho (Sousa, 1980, Lautier, 1994, Lopez e Monza, 1995, Melo e Telles, 2000, Cacciamali, 1991, 2002).

Numa questão a literatura sócio-econômica concorda atualmente, que o avanço dessas atividades não se apresenta como um fenômeno transitório, nem desaparecerão espontaneamente em um futuro previsível na economia nacional e mundial. Dessa perspectiva há um enorme interesse em conhecer melhor a lógica dessas atividades, que geram postos de trabalho de baixa produtividade e péssimos rendimentos.

O mercado de trabalho brasileiro teve seu desempenho afetado pelo desempenho da economia desde a crise da dívida externa e depois pela abertura comercial e financeira dos anos 1990. No rastro dessas transformações expandiu-se o setor informal, como resposta ao incremento do desemprego, das mudanças na ocupação pela reestruturação das grandes empresas e da diminuição da participação dos jovens no mercado de trabalho. Há, portanto um crescente interesse por análises do mercado de trabalho: que expliquem a que se devem estas mudanças, que fizeram surgir um enorme batalhão de homens e mulheres ocupados em atividades sem vínculos empregatícios e realizando micros negócios em todo território nacional.

* Trabalho selecionado para X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), Salvador, BA, ANAIS, 11-14 de novembro de 2007.

Portanto, o objetivo deste estudo é contribuir com a análise desta questão, analisando a evolução do mercado informal metropolitano para os anos de 1997 e 2003, com o propósito de averiguar se as atividades econômicas desenvolvidas nessas unidades produtivas substituíram aqueles postos de trabalho fechados pelo baixo crescimento econômico verificado na economia brasileira e que empurrou uma parte da força de trabalho para os pequenos e micros empreendimentos que se constituíram na principal fonte de absorção do aumento da população residente nas cidades nestes anos. A escolha do recorte metropolitano deve-se ao poderoso processo de metropolização ocorrido no território brasileiro nos últimos quarenta anos; caracterizado pela excessiva concentração populacional em torno de algumas capitais estaduais ¹ e pela forma como esses territórios foram e são vitrines da precarização das condições de vida das populações pobres do país. A literatura socioeconômica destaca que essa concentração demográfica nas metrópoles resulta tanto da expulsão da mão de obra rural em consequência do latifúndio como das modificações rurais-urbanas introduzidas pela tecnologia moderna no campo que pressionou os agricultores a abandonarem o meio rural e buscarem as cidades. Como o baixo crescimento da economia não gerou os empregos suficientes para esta população migrante, aqueles que não encontraram trabalho no setor capitalista refugiaram-se no circuito inferior da economia urbana dos trabalhos precários e desprotegidos da sociedade – o mundo da informalidade (Santos, 2003).

Esta análise sobre a informalidade é possível a partir da pesquisa amostral realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de identificar as atividades econômicas que não eram captadas (ou apenas parcialmente) pelas fontes estatísticas disponíveis. A pesquisa foi a campo nos anos de 1997 e 2003 e utilizou a mesma denominação consagrada mundialmente para conceituar estas atividades como informais e desta maneira intitulou sua pesquisa de Economia Informal Urbana (ECINF), cujo objetivo era captar o papel e a dimensão do setor informal na economia brasileira num recorte urbano.

Para delimitar o escopo do seu estudo o IBGE seguiu as recomendações da 15^a Conferência de Estatísticos do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em janeiro de 1993 que definiu o conceito de setor informal a partir das

¹ Em 1980 havia no país seis cidades com mais de um milhão de habitantes; em 1996 elas eram 12 sobre este assunto ver Santos & Silveira, 2001, 286.

seguintes considerações: i) – ponto de partida é a unidade econômica; ii) – unidades econômicas não-agrícolas, excluídas as atividades de autoconsumo; iii) – produção em pequena escala, baixo nível de organização e quase inexistência de separação entre trabalho e capital.

A ECINF é uma pesquisa por amostra de domicílios, situados em áreas urbanas e se busca identificar os trabalhadores por conta própria e os empregadores com até cinco empregados em pelo menos uma situação de trabalho. Os trabalhadores por conta própria são trabalhadores autônomos que se concentram em ocupações semiqualficadas e também profissionais liberais, incluem mecânicos, serralheiros, estofadores, vidreiros, alfaiates, costureiras, ourives, manicuras, cabeleireiras, bem como professores particulares, fotógrafos, músicos, corretores, artistas, etc. Estes podem contar com o trabalho dos sócios e de trabalhadores não remunerados (Jorge & Valadão, 2002, Kon, 2002).

2. Metodologia

Este estudo é uma pesquisa descritiva que expõe as características da economia informal a partir da comparação das informações da ECINF de 1997 e 2003. Assim, este trabalho baseia-se numa pesquisa específica feita pelo IBGE para investigar em profundidade os empregadores (com até 5 empregados) e os trabalhadores por conta própria para identificar as atividades econômicas desenvolvidas em unidades produtivas que deixam de ser captadas em outras fontes de estatísticas disponíveis (ECINF/IBGE, 2005).

Inicialmente esta pesquisa foi feita em caráter experimental na cidade do Rio de Janeiro em 1994 e em 1997, por meio de amostra probabilística de domicílios aplicados nas áreas urbanas do território brasileiro: em todas as Unidades da Federação, no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além do município de Goiânia. Havia uma previsão de replicar a pesquisa a cada cinco anos, mas apenas em 2003 a pesquisa foi novamente a campo (Jorge e Valadão, 2002). As informações abrangidas pela ECINF englobam as atividades informais definidas como aquelas relativas às unidades produtivas com até cinco pessoas ocupadas, independente de proprietário ou não-remunerado, que sob a constituição jurídica não pertença ao

grupo de sociedades anônimas e não declara imposto de renda no formulário Lucro Real.²

Este estudo limita-se a fazer uma comparação das informações da ECINF de 1997 e 2003 para as regiões metropolitanas de: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, estas foram analisadas de forma quantitativa e através de testes paramétricos. Submetidos a uma análise de agrupamento, para concatenar as regiões metropolitanas em grupos de acordo com suas similaridades de evolução, além de utilizar a estatística descritiva como o *boxplot*,³ com a finalidade de destacar aqueles dados que apresentam comportamento diferente dos demais e desta forma captar o papel e a dimensão deste setor para a economia metropolitana.

3. Análise dos resultados

Os anos que compreendem o período 1997 a 2003 caracterizaram-se por profundas transformações na estrutura produtiva brasileira, provocadas pela abertura comercial, internacionalização e integração macrorregional dos mercados, globalização do capital e inovações tecnológicas. Estas mudanças tiveram como conseqüências alterações na alocação da força de trabalho, como nas próprias relações de trabalho. Desde, então, o mercado de trabalho nacional registrou diferente dinâmica no fluxo de abertura de novos postos de trabalho, com aumento do desemprego e queda dos rendimentos médios dos trabalhadores. Este cenário macroeconômico sóbrio serve de pano de fundo para a nossa análise da informalidade metropolitana brasileira que esta diretamente relacionada com estas mudanças.

A Tabela 1 traz um panorama da economia informal nacional. Esta mostra a atuação dos agentes da economia informal (trabalhadores por conta-própria e empregadores até 5 empregados). Esclarecemos que optou-se por esta nomenclatura de denominar o conjunto dos trabalhadores e negócios como “agentes da economia informal”, por que o IBGE utilizou para este conjunto a definição de empresas do setor informal, colocando sobre este rotulo tanto os trabalhadores por conta-própria como os empregadores (até 5 empregados). No desenvolvimento do nosso trabalho somente nos

² O formulário Lucro Real corresponde à declaração de imposto de renda das pequenas empresas com receita elevada, alto grau de formalização e estrutura administrativa organizada.

³ Esta parte do texto está baseada na monografia de final de curso de Leonardo Siqueira Vasconcelos (2007).

referiremos às atividades do setor informal como empresas quando estivermos fazendo alusão aos empregadores que empregam até 5 empregados, e não aos trabalhadores por conta-própria, já que estes desenvolvem suas atividades na maioria dos casos individualmente, não havendo separação entre a unidade produtiva e o próprio indivíduo, como acontece no caso dos empregadores, embora estes possam ter sócios ou trabalhadores sem remuneração. Esclarecida a utilização desta nomenclatura o quadro apresentado pela Tabela 1 indica que o crescimento médio do setor informal no período de 1997 a 2003 foi de 1,45% por ano no Brasil. Ou seja, um crescimento de 9% entre a última pesquisa Economia Informal Urbana realizada em 1997 e esta realizada em 2003. Estes empreendimentos passaram de aproximadamente 9,5 milhões em 1997, para 10,3 milhões, no ano de 2003, é um crescimento relativamente baixo, mas isso poderia até anunciar uma boa notícia: cresceram os empregos protegidos e de boa qualidade. Nem uma coisa nem outra. O total desses agentes nas regiões metropolitanas pesquisadas acompanhou o crescimento brasileiro, expandindo-se a 1,48% anualmente, e assim a participação relativa da economia informal metropolitana manteve o mesmo patamar de participação verificado na pesquisa de 1997, aproximadamente, 35% em ambos os anos analisados, ou seja, 3,3 milhões de empresas informais em 1997 e 3,6 milhões em 2003.

Tabela 1 – BRASIL -Evolução do número de agentes do setor informal, por Região Metropolitana - 1997-2003

Região Metropolitana	Número de agentes do setor informal (1000)		Taxa média de crescimento anual (%)
	1997	2003	
Brasil	9.478	10.336	1,45%
Total RM	3.302	3.606	1,48%
Belém	92	184	12,25%
Belo Horizonte	283	307	1,38%
Curitiba	162	173	1,14%
Fortaleza	242	209	-2,40%
Porto Alegre	239	263	1,62%
Recife	240	245	0,36%
Rio de Janeiro	723	670	-1,25%
Salvador	248	246	-0,10%
São Paulo	993	1.207	3,32%
Vitória	81	101	3,59%

Fonte: IBGE, ECINF, 1997 e 2003

Chamamos atenção para a relação entre este comportamento da economia informal com o próprio desempenho da economia brasileira de 1997 a 2003. Nos anos noventa as crises internacionais associadas às políticas macroeconômicas restritivas acarretaram recessão, desvalorizações do real, estes fatos repercutiram na atividade

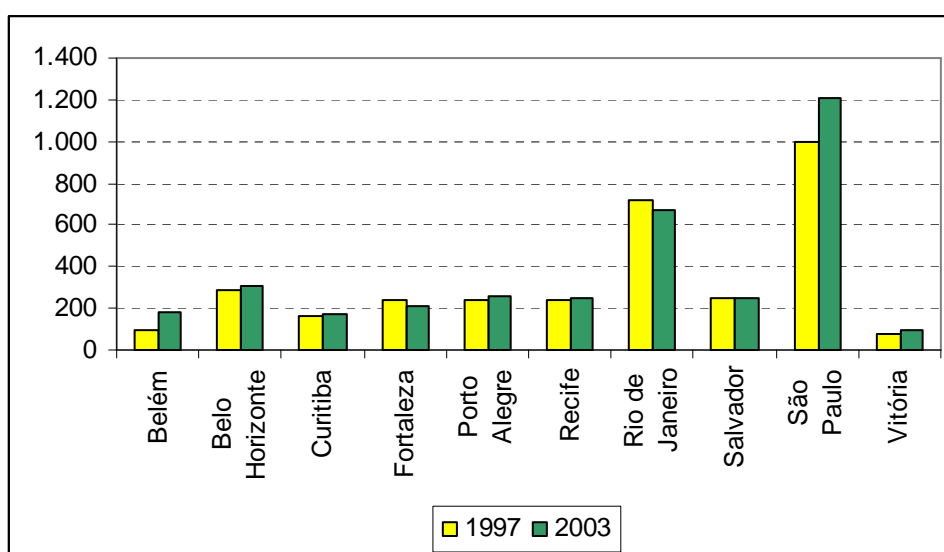
econômica e provocaram um ciclo de baixo crescimento e isto tem caracterizado a economia brasileira na última década.

Estes dados do comportamento da economia informal metropolitana expresso na taxa de participação média metropolitana no conjunto das atividades informais brasileiras não se devem a uma variação linear das dez metrópoles brasileiras analisadas, mas acusam padrões diferenciados na representatividade de cada uma delas no âmbito nacional. Os agentes informais continuam concentrados nas três maiores regiões metropolitanas brasileiras, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (Gráfico 1), estas respondem por 60% das atividades informais metropolitanas, estas cidades recebem cada vez mais pobres agora, em pleno processo de globalização e elevação do desemprego, na análise de Santos & Silveira (2001) esta região concentra redes de abastecimento, comércio, finanças e novas tecnologias (internet) que favorecem a importância de fluxos, principalmente a circulação de dinheiro e potencializa a concentração. Embora, a expansão de cada uma delas no período tenha sido diferenciada de acordo com o perfil de cada uma das regiões. Não se deve esquecer que estas RMs estão localizadas na Região Sudeste e que esta região concentra boa parte da atividade econômica nacional, apenas o estado de São Paulo responde por um terço do PIB brasileiro.

A RM de São Paulo (RMSP) responde por 33% da informalidade metropolitana e em 2003 foi a primeira a ultrapassar o número de um milhão de empresas informais numa mesma área metropolitana, com um crescimento anual de 3,32%, este o dobro do apresentado pela média nacional. A RM do Rio de Janeiro continuou a ocupar a segunda colocação dentre as regiões metropolitanas, com uma taxa de participação de 18,5% em 2003, mas esta participação tinha sido de 22% em 1997. Porém, diferentemente de 1997, quando tinha apenas 270 mil agentes a menos do que a RMSP a líder; esse intervalo aumentou em 2003, neste ano a diferença elevou-se para 537 mil empresas informais. Houve, portanto, uma retração na economia informal da RMRJ, expressa pela queda do número de agentes informais de 723 mil em 1997 para 670 mil em 2003. Desta forma a RMRJ, manteve uma média de crescimento negativo de 1,25% anual. Em distinção a estas duas regiões metropolitanas a mineira cresceu a taxa anual de 1,38% no período, próximo a média nacional, chegando ao número de 307 mil agentes informais, mas manteve sua taxa de participação em torno de 8,5% no período considerado. As regiões metropolitanas de Salvador (7,3% em 1997 e 6,8% em 2003),

Recife (7,2% e 6,8%), Fortaleza (7,3% e 5,8%) e Curitiba (4,9% e 4,8%) também perderam participação no cômputo metropolitano, embora de forma diferenciada como mostram os números entre parênteses. Na realidade as maiores quedas em números absolutos aconteceram nas regiões metropolitanas do RM Rio de Janeiro e na RM de Fortaleza. A primeira seguramente devido ao péssimo desempenho da economia fluminense e a segunda talvez a um deslocamento da produção para o interior do estado, bem como a transformação de Fortaleza num balneário de luxo que deve ter contribuído para a formalização de algumas atividades de serviços.

Gráfico 1 – Brasil, Número de Agentes do setor informal, por Região Metropolitana - 1997-2003



Fonte: IBGE, ECINF, 1997 e 2003

Fora RMSR que ganhou 3% percentuais de participação também tiveram crescimento acima da média nacional as RMs de Belém e Vitória. Estas duas últimas são as menores regiões metropolitanas em número de empresas informais, dentre as regiões pesquisadas: tinham menos de 100 mil empresas informais em 1997, mas tiveram as maiores taxas de crescimento médio anual, 12,25% e 3,59%, respectivamente. O caso paraense é significativo e provavelmente a explicação para este comportamento diferente da média nacional, deva-se primeiro a que Belém como o pólo de atração da Região Norte, foi fronteira de crescimento da economia brasileira e em segundo de forma perversa houve talvez um massivo êxodo rural provocado pelo avanço do agronegócio no território do estado do Pará. Dessa forma, o Pará dobrou o número absoluto de agentes informais em sua região metropolitana, passando de 92 mil

para 184 mil, ultrapassando assim em números absolutos a RM de Curitiba. E a RM de Vitória cresceu menos mas, também bem acima da média nacional e em 2003 passou para mais de 100 mil agentes informais. A Tabela 1 e o Gráfico 1 mostram ainda que, excluídas as RM's de São Paulo e do Rio de Janeiro, as demais RM's se concentram entre 100 e 300 mil agentes informais nas suas respectivas regiões metropolitanas.

4. Quantos estão na informalidade metropolitana?

O crescimento da população ocupada nas atividades informais no período de 1997 a 2003 foi de aproximadamente um milhão de trabalhadores, passando de 12,8 milhões para 13,8 milhões. Este crescimento deve ser contrabalançado pela distribuição da população no território brasileiro. Os resultados do Censo Demográfico de 2000 confirmam o processo de crescimento da população urbana, cerca de 81% da população total (Censo Demográfico 2000) para uma taxa de 76% em 1991. Em termos regionais, a região Sudeste que concentra as maiores regiões metropolitanas do país, manteve sua participação em 42,6% do total da população brasileira, o Nordeste perdeu um pouco de participação passando de 28,9% para 28,1% em 2000. Isso talvez explique as maiores quedas da informalidade nas regiões metropolitanas nordestinas verificadas no item acima.

De forma interessante houve neste período um crescimento de 9% no número de agentes informais no Brasil, mas a demanda por pessoas para trabalharem no setor cresceu a uma taxa menor. Assim, seguindo a taxa de crescimento média anual de 1,45% do número de agentes (Tabela 1), a reposição de trabalhadores por ano foi da ordem de 1,24% para a economia informal nacional (Tabela 2). Pode-se concluir que mesmo o setor informal segue a lógica da dinâmica capitalista e o aumento da ocupação no setor acompanha em ritmo mais lento a expansão econômica. No caso nacional o crescimento verificado no setor informal foi no número de trabalhadores por conta própria que em 1997, eram 8,1 milhões e passaram para 9,1, em 2003. Enquanto que o número de empresas informais teve uma queda de 87 mil empresas no período. O fechamento destes negócios implicou na perda de pelo menos um empregado e um empregador das atividades informais. É preciso registrar que o comportamento da ocupação nas regiões metropolitanas foi ainda mais baixo, houve, portanto uma interiorização dessas atividades no Brasil.

Tabela 2 – BRASIL - Total de pessoas ocupadas e sua evolução, por Região Metropolitana 1997-2003

Região Metropolitana	Pessoas ocupadas no setor informal (1000)		Taxa média de crescimento anual (%)
	1997	2003	
Brasil	12.870	13.861	1,24%
Total RM	4.388	4.696	1,14%
Belém	115	236	12,73%
Belo Horizonte	382	395	0,56%
Curitiba	218	237	1,40%
Fortaleza	325	270	-3,04%
Porto Alegre	333	362	1,40%
Recife	305	307	0,11%
Rio de Janeiro	916	815	-1,93%
Salvador	309	316	0,37%
São Paulo	1.355	1.611	2,93%
Vitória	129	148	2,32%

Fonte: IBGE, ECINF, 1997 e 2003

A Tabela 2 apresenta a ocupação do setor informal em cada uma das regiões metropolitanas e o comportamento destas metrópoles foi diferenciado no período. A primeira observação se refere a que a taxa de crescimento nacional é maior do que a verificada para as regiões metropolitanas. A informalidade avançou pelo Brasil profundo.

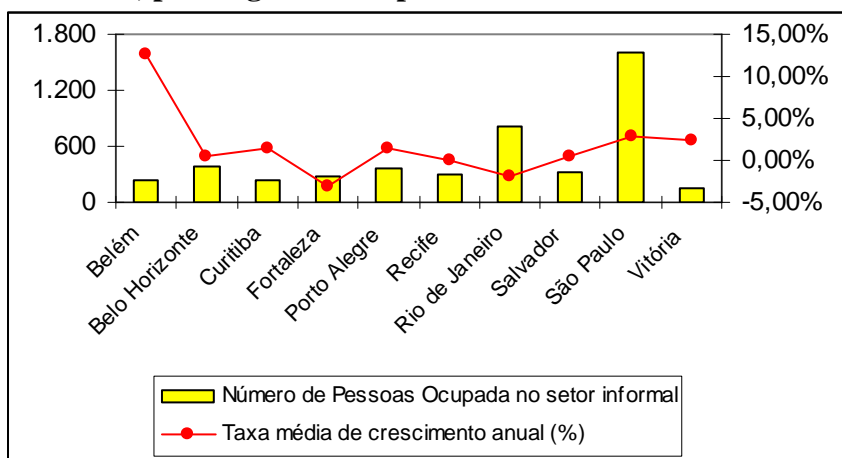
As regiões metropolitanas do pólo capitalista mais desenvolvido do país, isto é São Paulo e Rio de Janeiro são também as que mais empregavam pessoas no setor informal nestes anos, com 1,6 milhão e 815 mil pessoas ocupadas respectivamente no ano de 2003, embora não se deve esquecer que estas metrópoles são também as maiores aglomerações humanas do país. Por sua vez, a região metropolitana de Vitória (ES), é a menor tanto no número de agentes informais, como também em pessoas ocupadas, com 148 mil, em 2003, isto reflete seu contingente populacional, o menor no *ranking* destas regiões metropolitanas como mostra a Tabela 2 e expressa o conjunto das atividades econômicas do estado capixaba.

Pelo Gráfico 2, visualiza-se que as RM's pesquisadas da região Sul apresentam taxas médias de crescimento anual superiores às do Nordeste, apresentando maior dinamismo da economia informal nessa região, comprovando a hipótese de que a

economia informal floresce nos interstícios da economia capitalista. Este gráfico também permite notar que as duas menores regiões metropolitanas, em número de pessoas ocupadas, Belém e Vitória, seguida da maior a RM de São Paulo, foram as que mais cresceram em número de pessoas empregadas, proporcionalmente a seu tamanho, no período analisado. O que explica esse comportamento? Deve-se ressaltar o caso de Belém como um ponto fora do gráfico (12,73%). Esta taxa de crescimento deve ser resultante da forte migração rural-urbana no Pará, expulsão de trabalhadores rurais das suas terras e quanto a taxa de crescimento da RMSP significa que ainda há migração de outras regiões do país para o coração industrial nacional, esta constatação pode ser apoiada pelo modelo de Lewis (1963) a respeito da atração da cidade para a população rural e que a migração rural-urbano não se arrefece mesmo com a elevação do desemprego urbano. Provavelmente a RMVitória também deva este crescimento ao avanço do agronegócio no território capixaba que amplificou a migração rural-urbana. Assim, as três metrópoles viveram também um processo de metropolização de atração urbana que é realçado pelos diferenciais de rendimentos verificados no mundo urbano.

É interessante notar que a RMCuritiba teve também uma taxa de crescimento acima da média metropolitana (1,40%), mas este deve ter sido puxado pelo crescimento industrial da região paranaense e talvez deva-se mais ao efeito atração urbana. As regiões metropolitanas de Belém e Curitiba apresentam praticamente o mesmo número de pessoas ocupadas em 2003, mas há uma grande diferença entre suas populações: Curitiba tem uma população 40% maior do que a de Belém, este fato mostra que a informalidade na metrópole paraense é uma resposta mais contundente da pobreza. As perdas verificadas nas RMs de Fortaleza e Rio de Janeiro, provavelmente devem-se ao *boom* de serviços da cidade de Fortaleza, aliado a interiorização de atividades econômicas no estado do Ceará e no Rio de Janeiro também houve certa interiorização com a indústria de petróleo e a metal-mecânica, mas, sobretudo a queda deve-se ao baixo crescimento que ronda a economia fluminense e deve ter deixado suas seqüelas também na informalidade.

Gráfico 2 - Número de pessoas ocupadas e sua taxa média de crescimento anual, por Região Metropolitana - Brasil - 2003



Fonte: IBGE, ECINF, 2003

Acima foi feita uma análise do setor informal no seu conjunto: trabalhadores e proprietários. A Tabela 3 apresenta a média de pessoas ocupadas por empreendimento informal nas regiões metropolitanas e no Brasil e ao mesmo tempo a participação de conta própria em cada uma dessas regiões metropolitanas. Notem que é bastante significativa a participação de conta própria no setor informal, todas têm mais de 80%, chegando algumas a serem superiores a 90% é uma atividade econômica praticamente dominada pelo auto-emprego, como classifica Cacciamali (2002), ou seja estas pessoas não contam com trabalhadores remunerados, apenas com sócios ou trabalhadores sem remuneração (definição do IBGE).

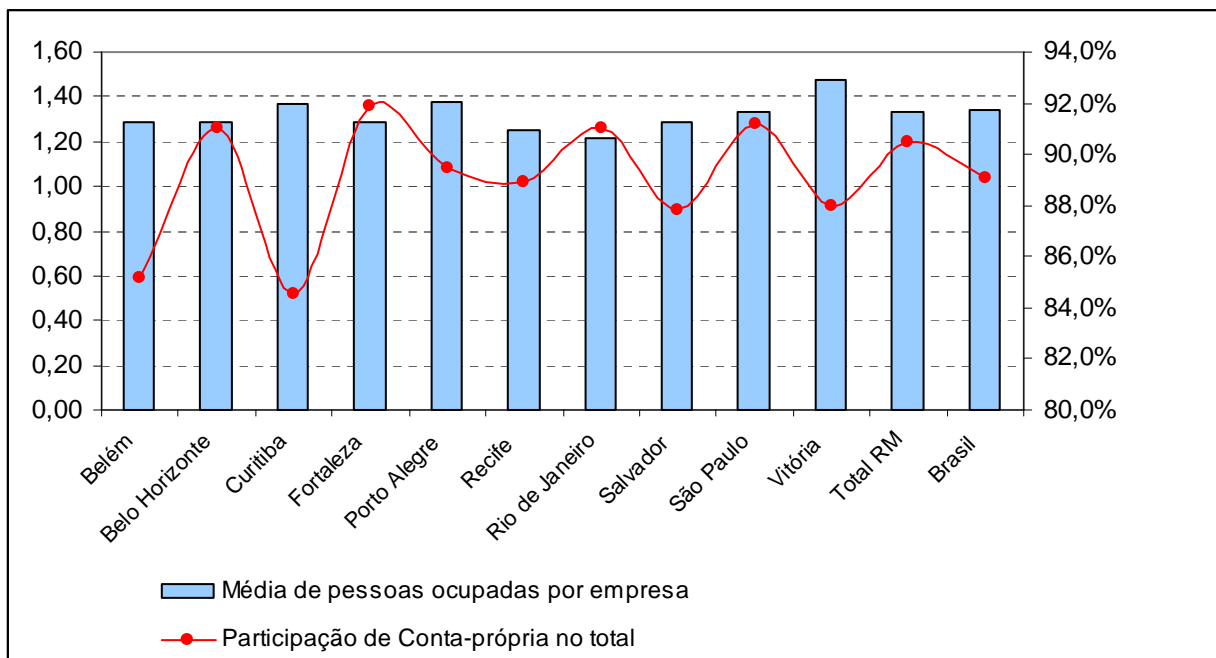
Esse fator explica que quanto maior a parcela de trabalhadores por conta-própria numa região, menor o número de pessoas ocupadas em atividades informais, comprovado pela correlação negativa encontrada (-0,88). Resulta que no caso brasileiro, cada empreendimento do setor informal ocupava 1,34 pessoas, em 2003. No total das regiões metropolitanas o número de empresas informais coordenadas por conta própria é acima da média nacional, 89,5% do total, de forma que cada empreendimento ocupa cerca de 1,33 pessoas.

Tabela 3 - Média de pessoas ocupadas por “agente” do setor informal por Região Metropolitana - Brasil - 2003

Região Metropolitana	Setor Informal	
	Média de pessoas ocupadas por agente	Participação de Conta-própria no total (%)
Brasil	1,34	88,0
Total RM	1,33	89,5
Belém	1,29	91,1
Belo Horizonte	1,28	89,0
Curitiba	1,36	87,8
Fortaleza	1,29	91,0
Porto Alegre	1,37	85,1
Recife	1,25	91,9
Rio de Janeiro	1,22	90,5
Salvador	1,28	91,2
São Paulo	1,33	89,1
Vitória	1,48	84,6

Fonte: IBGE, ECINF, 2003,
Elaboração própria

Gráfico 3 - Média de pessoas ocupadas por “agente” e participação de Conta-própria, por Região Metropolitana - Brasil - 2003



Fonte: IBGE, ECINF, 2003

Estes fatos estão ilustrados também no Gráfico 3, assim a região metropolitana do Rio Janeiro apresentou a menor média de pessoas ocupadas por agentes informais das metrópoles listadas, com 1,22 de média, embora isso não seja inteiramente justificado pelo fato de ter muitos empreendimentos de conta-própria, o que seria suficiente para abaixar a média; significa um trabalhador por atividade informal e essa proporção na região metropolitana fluminense é menor do que nas outras metrópoles. Talvez indique atividades restritas a um trabalhador sozinho (conta própria). As regiões metropolitanas de Belém e as nordestinas, Recife, Salvador e Fortaleza, apresentam a maior participação de conta-própria no total das atividades informais. Os negócios informais da região metropolitana de Vitória são as que mais ocupam pessoas dentre as pesquisadas, 1,48, esta percentagem é justificada pela menor proporção dentre as metrópoles nacionais de empresas, 84,6%, talvez estes sejam empreendimentos maiores.

5. Evolução da economia informal metropolitana

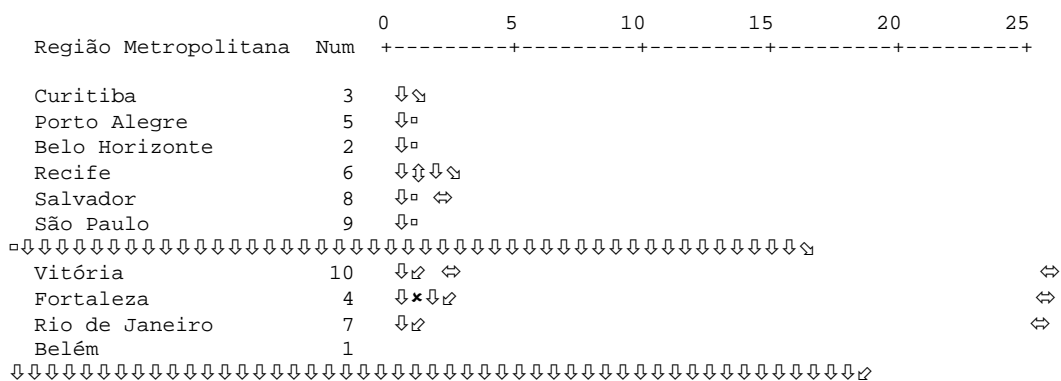
No item anterior foi feita uma análise descritiva da economia informal das regiões metropolitanas, neste agora se realiza uma análise de grupamentos, buscando separar estas regiões metropolitanas de acordo com suas similaridades nos números apresentados nas tabelas e gráficos e assim corroborar a análise descritiva anterior. Dentre as informações examinadas acima, optou-se pelo uso das taxas de crescimento anual do número de agentes e de pessoas ocupadas, para retratar a situação atual da economia informal metropolitana, a fim de ter um índice comparável a todas as RM's, desconsiderando inicialmente seus valores absolutos.

Essa análise é ilustrada pelo gráfico de tipo *dendrograma*, apresentado no Gráfico 4. Este agrupa os objetos segundo suas características, formando grupos ou conglomerados homogêneos, a partir da técnica de *cluster*. Este deve ser lido da esquerda para a direita, no qual as linhas verticais representam os conglomerados unidos e as linhas horizontais a distância euclidiana entre os mesmos.

No caso desse estudo, em que se utilizaram as taxas de crescimento anual, as regiões metropolitanas foram segmentadas em dois grupos: no primeiro estão todas as nove regiões metropolitanas, excluída Belém, que pertence ao segundo grupo, devido a diferença na sua taxa de crescimento relativa ao número de empresas e de pessoas ocupadas em relação a das outras RM's. Embora as regiões metropolitanas de Fortaleza

e do Rio de Janeiro estejam agrupadas num terceira chave, um pouco distante, isso não é válido para corroborarmos a separação delas como um grupo distinto.

Gráfico 4 – Agrupamento das Regiões Metropolitanas



Fonte: Saída do SPSS a partir da ECINF, 1997 e 2003

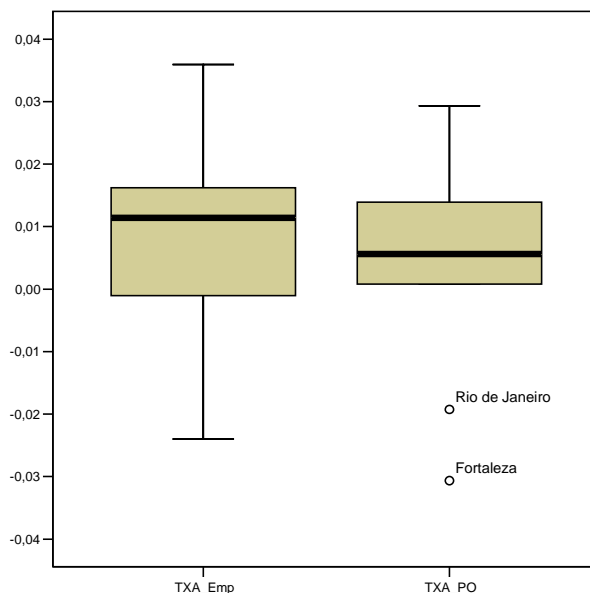
Para validação dos grupos formados anteriormente, optou-se pela análise de *boxplot*, que identifica os dados conhecidos como *outliers*. Esses tipos de dados, que se isolam dos demais em virtude da sua discrepância aos demais números, podem ocorrer em virtude de algum possível erro, como digitação, ou mesmo ser uma observação anormal. Os resultados dos *boxplots* estão apresentados no Gráfico 5. Neste a RM de Belém aparece como um *outlier*, visto que tanto a taxa de crescimento médio anual de empresas informais, como de pessoas ocupadas desta região metropolitana, difere do comportamento apresentado pelas demais RM's pesquisadas.

Para verificar melhor esta discrepância analisaram-se as informações da PNAD/2003 a respeito do número de pessoas ocupadas na região metropolitana de Belém, esta também indica uma variação alta, passando de 365 mil, em 1997, para 793 mil em 2003, ou seja, um crescimento de 117,4% no período considerado. Assim, comparado os resultados das duas fontes de informação é possível afirmar que a região metropolitana de Belém se destaca nas duas variáveis pelo crescimento superior as demais regiões. Assim, excluem-se as informações da RM de Belém, para que seja possível diferenciar em mais grupos de estrutura as RM's quanto à informalidade.

A nova análise de grupamentos gerados com a exclusão da região metropolitana de Belém, evidencia a divisão das regiões metropolitanas em três grupos bem distintos. No primeiro, mais diferente dos demais, estão incluídas as RM's de Fortaleza e Rio de

aceita numa variável, optou-se por manter as duas regiões metropolitanas (Rio de Janeiro e Fortaleza) na estrutura atual.

Gráfico 7 – Boxplot das taxas de crescimento anual do número de agentes informais e de pessoas ocupadas, por Região Metropolitana, excluída a de Belém – Brasil – 1997 - 2003



Fonte: Saída do SPSS a partir da ECINF, 1997 e 2003

Dessa forma, de acordo com os *dendrogramas* e os valores apresentados nas Tabelas 1 e 2, nota-se a formação de quatro grupos distintos de regiões metropolitanas. No primeiro, está Belém, com um crescimento elevado, no segundo, São Paulo e Vitória com crescimento médio, no terceiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Salvador, com estabilidade, e no último, Rio de Janeiro e Fortaleza, com retração das atividades informais. Nesse grupo de taxas decrescentes, Fortaleza apresenta as maiores taxas de recessão, no entanto, o Rio de Janeiro, apresentou as maiores perdas em números absolutos tanto em pessoas ocupadas, quanto em número de empreendimentos.

6. Considerações Finais

Este artigo utiliza as informações das pesquisas específicas do IBGE sobre a economia informal (ECINF) e analisa sua trajetória num recorte metropolitano para os anos de 1997 e 2003. A primeira constatação dos resultados encontrados foi que a economia informal urbana expandiu-se no Brasil, mas abaixo do desempenho do crescimento da economia. Essa afirmação talvez indique a profunda dependência da economia informal em relação ao desempenho da dinâmica capitalista. Esta conclusão

indica que o desemprego continuou e deve ser explicado pelo elevado progresso técnico nacional e queda de investimentos produtivos relacionados à ausência de demanda. Outro fato relevante foi que o crescimento da informalidade nas regiões metropolitanas foi inferior a média nacional isto aparenta mostrar que houve um movimento de interiorização da informalidade para o Brasil das cidades médias e mesmo para o chamado Brasil profundo.

A segunda é que não se podem generalizar os resultados para as macrorregiões nacionais por que há um comportamento diferenciado entre elas. O desempenho de crescimento de cada região metropolitana está aparentemente ligado a própria estrutura econômica local. Aparentemente esta define o padrão de crescimento das atividades informais em cada território. Por exemplo, a RMRio de Janeiro mesmo situada no Sudeste encolheu, diminuiu o número de empreendimentos e de pessoas ocupadas nas atividades informais, espelhando a dinâmica econômica do espaço fluminense. A terceira foi que os dados mostraram que as empresas informais sofreram uma diminuição no número de pessoas ocupadas, provavelmente o baixo dinamismo do crescimento econômico reforçou os vínculos familiares nessas relações estabelecidas na informalidade com a expulsão da massa trabalhadora.

7. Referências Bibliográficas

- BRASIL, IBGE, Economia Informal Urbana (ECINF), 1997, 2003, Rio de Janeiro, 2005. Microdados.
- CACCIAMALI, Maria Cristina, *Setor Informal e formas de participação na produção*, São Paulo, USP/IPE/FEA, 1983, Tese de Doutorado.
- _____, As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda, em CAMARGO, J.M., GIAMBIAGI, F. (orgs), *Distribuição de Renda no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- _____, BRAGA, Thais, “Políticas Públicas voltadas para o setor informal”, São Paulo, FIPE/USP, Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, janeiro/2002.
- JORGE, Angela Filgueiras & VALADÃO, Lucília, “O setor informal no Brasil: metodologia e principais resultados”, em *Revista da ABET*, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, volume II, número 1 – jan/jun 2002.
- LAUTIER, Bruno, “L'économie informelle dans le tiers monde”, Paris, Éditions La Découverte, 1994.
- LEWIS, A., El desarrollo econômico com oferta ilimitada de factores, em “La Economía del Subdesarrollo”, AGARWALA, A.N., y SINGH, S.P. (edit), Madrid, 1963, pp.333-374.
- LOPEZ, N., MONZA, A., “Um intento de estimacion del sector informal urbano en la Argentina”, em *Desarrollo Económico - Revista de Ciências Sociais*, Buenos Aires, Instituto de Desarrollo Económico y Social, v.35, oct/dic, 1995.

KON, Anita, “Perfil regional dos trabalhadores por conta própria no Brasil”, em *Revista da ABET*, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, volume II, número 1 – jan/jun 2002.

MELO, Hildete Pereira de & TELES, Jorge Luiz, *Serviços e Informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Texto para Discussão, IPEA, 2000.

SANTOS, José Alcides Figueiredo, “*Estrutura de Posições de Classe no Brasil – mapeamento, mudanças e efeitos na renda*”, Belo Horizonte, Editora UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2002.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura, *O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI*, Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 2001 – 2.ed.

SANTOS, Milton, “*Economia espacial – Críticas e Alternativas*”, São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2003;

SOUZA, P.R., Emprego, salários e pobreza, *Economia e Planejamento*, série Teses e Pesquisas, São Paulo, Hucitec/Funcamp, 1980.

THEODORO, Mário, “As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil”, BRASÍLIA, Texto para Discussão n.762, setembro de 2000.

VASCONCELOS, Leonardo Siqueira, “A economia informal urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro (1997-2003): uma análise da ECINF”, Niterói, Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Trabalho de Final de Curso, 2007.

Lista de Textos para Discussão da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense:

A partir do número 169 os textos estão disponíveis online (<http://www.uff.br/econ/>), no formato PDF.

TD 117	Deflação, depressão e recuperação econômica: uma abordagem keynesiana. <i>João Sicsú & Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 118	Possibilidades de análise da conjuntura mundial <i>Theotônio dos Santos</i>
TD 119	Globalização e mundialização do capital: o estágio atual do capitalismo contemporâneo nas visões de Chesnais e Minsky <i>Victor Hugo Klagsbrunn</i>
TD 120	O Mercado como Teoria da Sociedade: o radicalismo filosófico de Adam Smith <i>Angela Ganem</i>
TD 121	Hayek's Social Philosophy: the evolutionary versus the evolutionist <i>célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 122	Legitimate inequalities: towards a complex-egalitarianism <i>Célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 123	Déficit Fiscal no Brasil: uma análise do seu comportamento no período Pós-Real <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 124	A Defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos <i>Angela Ganem</i>
TD 125	Eficiência, objetivo e coordenação da política macroeconômica no período 1974-79 <i>João Sicsú</i>
TD 126	A Utilização de mercados de licenças de emissão para o controle do efeito estufa e os custos de transação <i>Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez & Mário Jorge Cardoso de Mendonça</i>
TD 127	Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil <i>Carlos E. Guanzioli</i>
TD 128	Matemática e aplicações <i>Renata R.Del-Vecchio & Rosa Maria Nader D. Rodrigues</i>
TD 129	O Conceito de normalidade econômica Marshalliano e o discricionarismo monetário de Keynes <i>João Sicsú</i>
TD 130	Qual o valor do Auto-Interesse? <i>Célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 131	A Teoria da Independência do Banco Central: uma interpretação crítica <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 132	Dilema da Sociedade Salarial: realismo ou ceticismo instrumental <i>Mário Duayer</i>
TD 133	O Desemprego no Feminino <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 134	A Teoria e o Método do Espelho da História <i>Angela Ganem</i>
TD 135	A Mensuração da Independência do Banco do Brasil <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 136	Economia e Filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith <i>Angela Ganem</i>
TD 137	Inveja Igualitária <i>Célia de Andrade Lessa Kerstenetzky</i>
TD 138	Dedutivismo e "Teoria Econômica" <i>André Guimarães Augusto</i>

TD 139	A Economia Política da Privatização <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 140	O Trabalho Feminino no Mundo Rural <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 141	Marx, Sraffa e a "Nova" Solução para o problema da Transformação <i>Marcelo José Braga Nonnenberg</i>
TD 142	Credible Monetary Policy: A Post Keynesian Approach <i>João Sicsú</i>
TD 143	Série de Pagamentos Lineares Convergentes: uma abordagem didática <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 144	Metas de Inflação: Uma análise preliminar para o caso brasileiro <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 145	Teoria e Evidências do Regime de Metas Inflacionárias: Algumas observações críticas preliminares <i>João Sicsú</i>
TD 146	Regimes Monetários e a Busca da Estabilidade de Preços: O uso de metas para a taxa de câmbio, agrgados monetários e inflação <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 147	As Atividades de P&D e o Sistema Financeiro: o papel de uma Agência Especial de Seguros de empréstimos no Brasil <i>João Sicsú & Eduardo da Motta Albuquerque</i>
TD 148	Equilíbrio em Contratos Indexados: uma abordagem didática <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 149	Adam Smith e a Questão Distributiva: Uma breve resenha da literatura <i>Rodrigo Mendes Gandra</i>
TD 150	Restrição Externa, Padrões de Especialização e Crescimento Econômico <i>Luiz Daniel Willcox de Souza</i>
TD 151	Do Choque Heterodoxo à Moeda Indexada: concepções teóricas para se eliminar alta inflação crônica brasileira. <i>Rodrigo Mendes Gandra</i>
TD 152	A Inconsistência Temporal, o Viés Inflacionário e a Tese da Independência do Banco Central <i>André de Melo Modenesi</i>
TD 153	Breve História do Juro: Uma abordagem dissertativa Instrumental de Finanças <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 154	O Dinheiro e as Formas Monetárias <i>André Guimarães Augusto</i>
TD 155	A Teoria da credibilidade da política monetária: desdobramento do debate regras versus discricção <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 156	Accumulation Regimes, Macroeconomic Structure and Capacity Utilization: a reconsideration of the relation between income distribution and economic growth in post keynesian models <i>José Luís Oreiro</i>
TD 157	O Seguro Desemprego é ainda uma Boa Idéia: o caso brasileiro <i>Hildete Pereira de Melo & Lena Lavinas</i>
TD 158	A teoria do Capital Humano, as Teorias da Segmentação e a Literatura Institucionalista: proposições de políticas públicas e implicações sobre a distribuição de renda <i>Leonardo M. Muls</i>
TD 159	Bolhas Racionais, Ciclo de Preços de Ativos e Racionalidade Limitada: uma avaliação crítica dos modelos neoclássicos de bolhas especulativas <i>José Luís Oreiro</i>

TD 160	A Independência do Banco Central e Coordenação de Políticas <i>Hélder Ferreira de Mendonça</i>
TD 161	O Federalismo Norte-Americano: a “Era Reagan” e suas consequências <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 162	Moeda Única: teoria e reflexão para o caso do Mercosul <i>Helder Ferreira de Mendonça & Anabel da Silva</i>
TD 163	Plano Real: da âncora monetária à âncora cambial <i>André de Melo Modenesi</i>
TD 164	Micronegócios Urbanos Numa Perspectiva de Gênero <i>Hildete Pereira de Melo & Alberto Di Sabbato</i>
TD 165	Acumulação de Capital, Utilização da Capacidade Produtiva e Inflação: Uma análise a partir de um modelo pós-keynesiano não-linear <i>José Luís Oreiro & Victor Leonardo de Araújo</i>
TD 166	Testing for Adverse Selection in the Brazilian Health Plan Market <i>Alexey T.S. Wanick & Marcelo Resende</i>
TD 167	Teoria fiscal da determinação do nível de preços: uma resenha <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 168	Faculdade da Economia da UFF – 60 anos de história <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 169	Linha de pobreza: um olhar feminino <i>Hildete Pereira de Mello</i>
TD 170	Interactive Individualism: an essay on Hayek's methodological individualism <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 171	Globalização tecnológica das EMN: efeitos sobre a especialização e convergência de países catch-up na América Latina <i>Ana Urraca Ruiz</i>
TD 172	O PROER no centro de reestruturação bancária brasileira dos anos noventa <i>Carlos Augusto Vidotto</i>
TD 173	Metodologia para a recuperação do PIB trimestral utilizando modelos univariados e multivariados em espaço de estado com valores omissos, benchmarking, variáveis explicativas e heterocedasticidade <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 174	Estoque e Produtividade de Capital Fixo - Brasil, 1940-2004 <i>Lucilene Morandi</i>
TD 175	Desigualdade intra-grupos educacionais e crescimento: um tema emergente <i>Ana Czeresnia Costa e Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 176	Intra-industry trade with emergent countries: What we can learn from Spanish data? <i>Juliette M. Baleix e Ana I. Moro-Egido</i>
TD 177	Os afazeres domésticos contam <i>Hildete Pereira de Melo, Claudio Monteiro Considera e Alberto Di Sabbato</i>
TD 178	Uma breve história da defesa da concorrência <i>Claudio Monteiro Considera</i>
TD 179	Em Direção as Metas de Desenvolvimento do Milênio: uma análise regional <i>Rosane Mendonça</i>
TD 180	Políticas Sociais: focalização ou universalização? <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 181	A Importância de Evidências Econômicas para a Investigação de Cartéis - A Experiência Brasileira <i>Claudio Monteiro Considera e Gustavo F. de Seixas Duarte</i>
TD 182	Federalismo Fiscal – Experiências Distintas: Estados Unidos e Brasil <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 183	Uma avaliação dos custos e benefícios da educação pré-escolar no Brasil <i>Ricardo Barros e Rosane Mendonça</i>

TD 184	Progresso e pobreza na Economia Política Clássica <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 185	Padrões de consumo, energia e meio ambiente <i>Claude Cohen</i>
TD 186	Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 187	The Monetary Transmission Mechanism in Brazil: Evidence from a VAR Analysis <i>Viviane Luporini</i>
TD 188	Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 189	Conceitos de sustentabilidade fiscal <i>Viviane Luporini</i>
TD 190	Regulation school and contemporary heterodoxies <i>André Guimarães Augusto</i>
TD 191	Micro and macro relations in a monetary production economy <i>Carmem Feijó</i>
TD 192	Education and equality: a post-Rawlsian note <i>Celia Lessa Kesrtenetsky</i>
TD 193	Potential growth and structural changes: An analysis of the European case <i>Mario Amendola, Bernhard Böhm, Jean-Luc Gaffard, Lionel Nesta, Lionello F. Punzo, Francesco Saraceno</i>
TD 194	Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira <i>Ricardo Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 195	Fiscal federalism as a political instrument – distinct experiences: United States of America and Brazil <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 196	Atividade Monetária entre 1964 e o Início de 1986 <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 197	Expectativas, Déficit, Senhoriagem e Inflação <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 198	La inversión directa de España en Brasil y América Latina <i>Ángeles Sánchez Díez</i>
TD 199	Exogeneity of Money Supply in Brazil from 1966 to 1985: Full Version <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 200	Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 201	Demanda por Moeda, Senhoriagem e Megainflação. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 202	Metodologia para a periodização endógena da taxa de inflação no Brasil e aproximação de seus modelos ARIMA, 1960 a 2005. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 203	La libertà di scelta nella sfera produttiva: l'impresa capitalistica e l'impresa autogestita. <i>Ernesto Screpanti</i>
TD 204	Notas Sobre a Produtividade Industrial <i>Carmem Aparecida Feijó e Paulo Gonzaga M. de Carvalho</i>
TD 205	Influência dos Processos Interativos no Desempenho Inovativo de Empresas Inseridas em Aglomerações Produtivas Intensivas em Conhecimento <i>Fabio Stallivieri, Marcelo Matos e Gustavo José Guimarães e Souza</i>
TD 206	Da Estruturação ao Equilíbrio Fiscal: uma análise das finanças públicas estaduais no governo FHC <i>Ana Paula Mawad e Viviane Luporini</i>
TD 207	Desenvolvimento Financeiro e Desigualdade de Renda: evidências para o caso brasileiro <i>Camille Bendahan Bemerguy e Viviane Luporini</i>

TD 208	Instabilidade Internacional e Hegemonia: notas sobre a evolução do Sistema Monetário Internacional <i>Mario Rubens de Mello Neto e Victor Leonardo de Araújo</i>
TD 209	Apontamentos para uma Teoria da Corrupção: uma visão a partir da Sociologia Econômica <i>Ralph Miguel Zerkowski</i>
TD 210	Filosofia da ciência e metodologia econômica: do positivismo lógico ao realismo crítico <i>Carolina Miranda Cavalcante</i>
TD 211	Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório <i>Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina Novaes Marques</i>
TD 212	Conteúdo de trabalho feminino no comércio exterior brasileiro <i>Marta dos Reis Castilho</i>
TD 213	Regulação ou Cooptação? A Ação do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) através das Câmaras Setoriais e Temáticas da Agricultura entre 2002 e 2006 <i>Carlos E. Guanzioli, Marco B. Ortega e Carlos Américo Basco</i>
TD 214	Reputação e Transparência da Autoridade Monetária e Comportamento da Firma Bancária <i>Gabriel Caldas Montes</i>
TD 215	Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? <i>Hildete Pereira de Melo e Marta dos Reis Castilho</i>
TD 216	Metodologia de estimação do PIB trimestral utilizando procedimentos de cointegração e filtros de Kalman <i>Luis Fernando Cerqueira</i>
TD 217	An Approach for Testing Money Supply Exogeneity in Brazil Mixing Kalman Filter and Cointegration Procedures <i>Luis Fernando Cerqueira</i>
TD 218	Avaliação do Impacto da Alfabetização de Adultos sobre o Desenvolvimento Humano: Uma análise com dados secundários <i>João Pedro Azevedo, Gabriel Ulyssea, Rosane Mendonça e Samuel Franco</i>
TD 219	Impacto da Discriminação e segmentação do mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil <i>Ricardo Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 220	A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro na última década <i>Ricardo Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 221	Efeitos da saúde na idade de entrada à escola <i>Danielle Carusi Machado</i>
TD 222	O papel do instituto da patente no desempenho da indústria farmacêutica <i>Samuel de Abreu Pessôa, Claudio Monteiro Considera e Mário Ramos Ribeiro</i>
TD 223	Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro <i>Larissa Santos e Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 224	Confusões em torno da noção de público: o caso da educação superior (provida por quem, para quem?) <i>Ricardo Barros et al.</i>
TD 225	Gastos públicos: investimentos em infra-estrutura no período pós-privatização <i>Artur Faria dos Reis</i>
TD 226	Legislação trabalhista agrícola e pobreza no Brasil: uma abordagem de custos de transação <i>Gervásio Castro de Rezende e Ana Cecília Kreter</i>
TD 227	Estimation of Brazilian Quartely GDP with cointegration methods and benchmarking processes by state space model <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>

TD 228	Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005 - uma sinopse <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 229	Moeda, Inércia, Conflito, o Fisco e a Inflação: Teoria e Retórica dos Economistas da PUC-RJ <i>Carlos Pinkusfeld Bastos e Mario Rubens de Mello Neto</i>
TD 230	Economia Popular, Desenvolvimento Local e Cooperação: o caso da ENDA Brasil. <i>Hildete Pereira de Melo e Sônia Maria de Carvalho</i>
TD 231	A economia informal metropolitana: um estudo baseado na ECINF/IBGE. <i>Hildete Pereira de Melo e Leonardo Siqueira Vasconcelos</i>

